

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026**  
**Processo Administrativo Nº 026/2026**



**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Secretaria Municipal de Administração



**OBJETO**

Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e Cambagem de veículos da frota deste Município.



**VALOR TOTAL ESTIMADO**

R\$ 171.810,00 (cento e setenta e um mil oitocentos e dez reais).



**AUTORIDADE COMPETENTE**

Antônio Elson Marques da Silva - Prefeito Municipal

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Kátia Mesquita – Presidente da Comissão

Aline Rafaela Mendes de Oliveira e Marcos Barbosa dos Santos Passos –  
Equipe de Apoio



**ENDEREÇO PARA PROTOCOLO DO REQUERIMENTO DE  
CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**Local:** Setor de Licitações e Contratos – Sede da Prefeitura, Av. Brasil, nº 723,  
Jardim América, Santa Maria da Vitória – BA, CEP 47.640-000

**Período de recebimento:** 09/03/2026 até 09/03/2027.

**Horário de atendimento:** das 08h às 12h e das 14h às 17h (horário de  
Brasília/DF).

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO .....	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR. ....	4
4. DA HABILITAÇÃO .....	6
5. DOS RECURSOS.....	10
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	11
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	13
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS .....	13
9. DA CONTRATAÇÃO .....	13
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS. ....	14
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO.....	15
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL .....	15
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026**  
**Processo Administrativo nº 026/2026**

Torna-se público que o **Município de Santa Maria da Vitória**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.912.506/0001-19, com sede na Avenida Brasil, nº 723, Jardim América, Santa Maria da Vitória - BA, através da Comissão de Contratação, designada pelo Decreto Nº 6.093/2025, de 02 de maio de 2025, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 5.945/2025, de 10 de fevereiro de 2025, e demais normas aplicáveis e nas condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente procedimento é o **Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem de veículos da frota deste Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.945/2025, de 10 de fevereiro de 2025.
- 1.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- 1.4. Por se tratar de credenciamento paralelo e não excludente, previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica consignado que **será respeitada a ordem cronológica de cadastramento para fins de contratação e de convocação para prestação de serviços, a fim de resguardar critérios objetivos pela Administração de distribuição da demanda.**
- 1.5. A credenciada deverá dispor de infraestrutura física adequada, oficina equipada, ferramental, equipamentos, materiais, insumos e recursos humanos suficientes à plena execução dos serviços demandados, sem ônus adicional ao Município, observados os critérios, quantitativos, valores, prazos e demais condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 1.6. O credenciamento não obriga a Administração Pública à contratação.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

- 2.1. Poderão participar do presente Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao seu objeto.
- 2.2. Não poderão participar do credenciamento:
  - 2.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.4.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública Municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.4.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.4.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.3. O impedimento de que trata o item 2.4.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.4. A vedação de que trata o item 2.4.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.**

- 3.1. Os interessados deverão protocolar, fisicamente, junto ao Setor de Licitações e Contratos, situado na sede da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória/BA, nos dias de expediente administrativo e no horário de atendimento ao público, o requerimento de credenciamento acompanhado da documentação exigida neste Edital:

- 3.1.1. ***O Envelope de Credenciamento deverá estar lacrado, contendo na parte externa as seguintes informações:***

**ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO**

*À Comissão de Contratação*

*Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória – BA.*

**REFERÊNCIA: CREDENCIAMENTO Nº 005/2026**

**OBJETO:** Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem de veículos da frota deste Município.

**INTERESSADO:** Razão Social Completa

**CNPJ:** nº \_\_\_\_\_

- 3.1.2. *Descrição detalhada do objeto contendo, no mínimo, as descrições constantes no Termo de Referência.*
- 3.1.3. *Declaração de que a interessada possui condições técnicas, operacionais, instalações, equipamentos e pessoal aptos à execução dos serviços objeto do credenciamento, nos termos do Termo de Referência.*
- 3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
- 3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios necessários e dispor de pessoal técnico e profissionais habilitados, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração unificada que:
- 3.5.1. *atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;*
- 3.5.2. *está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;*
- 3.5.3. *não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*
- 3.5.4. *não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

3.5.5. *cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

#### **4. DA HABILITAÇÃO**

4.1. **O envio de documentos de habilitação são indispensáveis para este Município cumpra normativos do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM/BA quando a necessidade de lançamentos dos dados das certidões no SIGA - Sistema Integrado de Gestão e Auditoria e digitalização de todos os demais documentos que compõe o referido Processo Administrativo para envio ao Tribunal de Contas via sistema E-TCM (Sistema Eletrônico de Prestação de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia).**

4.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por conferência de autenticidade mediante apresentação de original a servidores da Equipe de Apoio da Comissão de Contratação, conforme relação a seguir:

##### **4.4. Habilitação Jurídica:**

4.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.4.2. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

4.4.3. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- 4.4.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.4.6. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 4.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**4.5. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 4.5.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, comprovando possuir Inscrição Habilitada.
- 4.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 4.5.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual ou equivalente;
  - 4.5.4.1. Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do proponente, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal ou equivalente;
  - 4.5.5.1. caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 4.5.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 4.5.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

**4.6. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 4.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
  - 4.6.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do proponente, desde que admitida a sua participação na licitação.

**4.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL:**

- 4.7.1. Alvará de funcionamento do Estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividade;
- 4.7.2. Declaração de que a empresa dispõe de instalações físicas, equipamentos e ferramental adequados para execução dos serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem.
- 4.7.3. Relação dos principais equipamentos disponíveis para execução dos serviços.
- 4.7.4. Comprovação de aptidão para prestação de serviços de manutenção veicular, compatíveis com o objeto deste Edital, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso
  - 4.7.4.1. *O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
  - 4.7.4.2. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

**4.8. DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

- 4.8.1. Declaração Unificada, conforme modelo em Anexo, atestando expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de vigentes na data de sua entrega em definitivo;;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou dispensa do cumprimento desta obrigação, conforme previsões em lei e em outras normas específicas;
- f) de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.10. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **documento eletrônico**, inclusive **certidões eletrônicas com código de verificação**, **arquivos digitais enviados pelo sistema eletrônico**

**oficial, documentos assinados eletronicamente com assinatura avançada ou qualificada**, nos termos da **Lei nº 14.063/2020. Dispensa-se reconhecimento de firma e autenticação cartorial**, salvo dúvida de autenticidade ou imposição legal, admitindo-se **declaração de autenticidade por advogado** ou conferência pelo agente público mediante apresentação do original.

**4.13. A Comissão de Contratação terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.**

4.14. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

4.15. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos.

*4.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.*

4.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

*4.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e*

*4.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.*

4.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

## **5. DOS RECURSOS**

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto Municipal nº 5.945/2025, 10 de fevereiro de 2025.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

*5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;*

*5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.*

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail institucional: [cpl@santamariadavitoria.ba.gov.br](mailto:cpl@santamariadavitoria.ba.gov.br)) ou protocolo físico diretamente no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura.

- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal de Transparência no sítio eletrônico [www.santamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.santamariadavitoria.ba.gov.br).

## **6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. *deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;*
  - 6.1.2. *não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;*
  - 6.1.3. *recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;*
  - 6.1.4. *apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;*
  - 6.1.5. *fraudar o credenciamento;*
  - 6.1.6. *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:*
    - 6.1.6.1. *agir em conluio ou em desconformidade com a lei;*
    - 6.1.6.2. *induzir deliberadamente a erro no julgamento;*
    - 6.1.6.3. *apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*
  - 6.1.7. *praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;*
  - 6.1.8. *praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).*
- 6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.1.9. *advertência;*
  - 6.1.10. *multa;*
  - 6.1.11. *impedimento de licitar e contratar e*
  - 6.1.12. *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.*
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.1.13. *a natureza e a gravidade da infração cometida.*
  - 6.1.14. *as peculiaridades do caso concreto*

- 6.1.15. *as circunstâncias agravantes ou atenuantes*
- 6.1.16. *os danos que dela provierem para a Administração Pública*
- 6.1.17. *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.1.18. *Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.*
- 6.1.19. *Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.*
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santa Maria da Vitória, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida,

que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Santa Maria da Vitória.

## **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail institucional [cpl@santamariadavitoria.ba.gov.br](mailto:cpl@santamariadavitoria.ba.gov.br).

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será realizada por meio resposta ao expediente peticionário na mesma forma de recebimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado no Portal de Transparência do Município e no Portal LICITANET.

## **8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS**

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP, mediante link "Acessar Contratação" disponível no ID da Contratação no PNCP.

## **9. DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 02 (dois) dias úteis.

- 9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
- 9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.
- 9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.
- 9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

**9.9. Condições para assinatura do contrato e início da execução**

- 9.9.1. Antes da assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços, a empresa credenciada poderá ser convocada pela Administração para comprovar a disponibilidade da estrutura operacional necessária à execução do objeto.
- 9.9.2. A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentos ou realização de vistoria técnica nas instalações da empresa, com a finalidade de verificar a existência de estrutura adequada para execução dos serviços, incluindo oficina equipada, equipamentos técnicos e demais recursos necessários.
- 9.9.3. A exigência de comprovação da estrutura operacional não constitui requisito de habilitação, destinando-se exclusivamente a assegurar a adequada execução contratual e a exequibilidade das obrigações assumidas pela empresa credenciada

**10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.**

**10.1. Diretrizes gerais:**

10.1.1. As contratações decorrentes deste credenciamento são paralelas e não excludentes, observados a isonomia, a impessoalidade e critérios objetivos de distribuição da demanda entre todos os credenciados aptos.

10.1.2. O credenciamento permanecerá **aberto durante a vigência** do chamamento, não implicando obrigação de contratar, e cada contratação observará as condições padronizadas do Edital, do Termo de Referência e do instrumento contratual.

10.1.3. É **vedada** a adoção de mecanismos que resultem em **concentração injustificada** de demanda em determinado credenciado, salvo quando objetivamente motivado por limite de capacidade, indisponibilidade técnica ou necessidade ou adequação logística comprovada.

10.1.4. É **vedada** a adoção de práticas que comprometam a isonomia entre os credenciados ou que impliquem direcionamento indevido das ordens de serviço. O descumprimento sujeitará o credenciado às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

## **11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

- 11.1. **O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.**
- 11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
- 11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
  - 11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;
  - 11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
  - 11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
  - 11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

## **12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL**

- 12.1. O presente edital terá prazo de vigência de **09/03/2026 à 09/03/2027**.
- 12.2. Durante o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados, conforme art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 14.133/21 c/c art. 5º, caput, do Decreto Municipal nº 5.945/2025.

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória: [www.santamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.santamariadavitoria.ba.gov.br), no Portal Licitanet: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 13.5. Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria da Vitória/BA, para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas da aplicação deste Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 13.6. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 13.6.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 13.6.2. ANEXO II – Modelo de Requerimento de Credenciamento;
  - 13.6.3. ANEXO III - Declaração unificada;
  - 13.6.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Santa Maria da Vitória - BA, 03 de março de 2026.

**Antônio Elson Marques da Silva**  
Prefeito

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 026/2026

### 1. DO OBJETO

1.1. **OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e Cambagem de veículos da frota deste Município de Santa Maria da Vitória/BA**, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O credenciamento será realizado nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como contratação paralela e não excludente, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

1.3. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordem de serviço pela Administração Municipal, de acordo com as necessidades operacionais da frota.

1.4. O credenciamento não gera obrigação de contratação por parte da Administração, podendo os serviços ser distribuídos entre os credenciados conforme critérios estabelecidos no edital.

### 2. ESTIMATIVA DE CONSUMO E PREÇOS ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com base na pesquisa realizada, obteve-se o seguinte valor estimado para a contratação:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total Estimado Anualmente
01	Alinhamento e balanceamento	Serviços	1.000	R\$ 124,43	R\$ 124.430,00
02	Cambagem	Serviços	1.000	R\$ 47,38	R\$ 47.380,00
<b>Valor global estimado da contratação</b>					<b>R\$ 171.810,00</b>

2.2. Ressalte-se que a estimativa foi definida a partir de parâmetros técnicos e de mercado, alinhados ao porte da frota municipal e às demandas acumuladas de manutenção.

2.3. Considerando que se trata de **credenciamento com contratação futura e eventual**, o valor estimado possui **caráter meramente referencial e não vinculativo**, servindo exclusivamente para fins de planejamento orçamentário, não implicando em obrigação de contratação ou consumo integral do montante indicado.

2.4. Os quantitativos apresentados correspondem à **estimativa de consumo para o período de 12 (doze) meses**, considerando a média histórica de utilização dos serviços e a projeção de demandas decorrentes da manutenção da frota municipal.

#### Fonte de pesquisa de preços

2.5. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece que o valor estimado das contratações públicas deve ser

obtido a partir de pesquisa de preços baseada em parâmetros que reflitam os valores praticados pelo mercado.

2.6. Para a formação do preço estimado foram utilizados dados provenientes de **contratações públicas homologadas**, obtidos por meio do sistema **Banco de Preços**, ferramenta de pesquisa de mercado desenvolvida pela empresa **Negócios Públicos**, amplamente utilizada pela Administração Pública em todas as esferas federativas.

2.7. O **Banco de Preços** consiste em uma plataforma especializada que consolida e organiza dados de contratações públicas realizadas em todo o território nacional, reunindo informações provenientes de:

- a) Portal Nacional de Contratações Públicas – **PNCP**;
- b) Mídia especializada (portais na internet);
- c) portais de transparência e bases públicas de licitações homologadas.

2.8. A ferramenta permite identificar **contratações públicas equivalentes ou similares**, possibilitando a comparação de preços praticados por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, garantindo maior **transparência, rastreabilidade e confiabilidade na formação da estimativa de preços**.

2.9. A utilização desse sistema atende às boas práticas de planejamento das contratações públicas, sendo amplamente adotada por órgãos federais, estaduais e municipais, além de reconhecida por órgãos de controle externo como instrumento idôneo para subsidiar a pesquisa de preços em processos licitatórios e contratações públicas.

2.10. A metodologia adotada para a formação do preço estimado considerou os seguintes critérios:

- I. levantamento de contratações públicas recentes com objeto similar;
- II. análise comparativa de preços praticados em diferentes entes federativos;
- III. seleção de valores compatíveis com a realidade regional;
- IV. aplicação de método estatístico de tratamento dos dados, com base na **média aritmética dos valores válidos identificados**.

2.11. O relatório detalhado da pesquisa de preços, contendo as fontes consultadas, registros das contratações analisadas e memória de cálculo da estimativa, integra o processo administrativo e constitui documento de suporte à definição do valor estimado da contratação.

### **Estimativa de Consumo e preços estimados**

2.12. Com base na pesquisa realizada, obteve-se o seguinte valor estimado para a

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir **condições adequadas de segurança, estabilidade, dirigibilidade e conservação dos veículos que compõem a frota municipal**, utilizados no desempenho das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública.

3.2. Os serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem são essenciais para:

- assegurar a estabilidade e segurança na condução dos veículos;
- evitar desgaste irregular e prematuro dos pneus;
- reduzir custos com manutenção corretiva;
- aumentar a vida útil dos componentes de direção e suspensão;
- garantir melhores condições de operação dos veículos da frota.

3.3. A execução periódica desses serviços contribui para a **manutenção preventiva da frota**, evitando falhas mecânicas decorrentes de desalinhamento ou desbalanceamento das rodas, além de reduzir o risco de acidentes e otimizar o desempenho operacional dos veículos.

3.4. Considerando a natureza contínua dessas demandas e a necessidade de atendimento ágil às solicitações da Administração, optou-se pela adoção do **procedimento de credenciamento**, permitindo que múltiplos prestadores habilitados possam executar os serviços conforme demanda, ampliando a capacidade de atendimento e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A solução consiste no **credenciamento de empresas especializadas em serviços automotivos de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem**, devidamente equipadas e capacitadas para atender aos veículos pertencentes à frota municipal.

4.2. A execução dos serviços ocorrerá mediante **ordem de serviço emitida pela Administração**, contendo a identificação do veículo e o tipo de serviço autorizado.

4.3. A empresa credenciada será responsável por:

- receber o veículo no estabelecimento;
- executar os serviços autorizados;
- realizar os ajustes necessários conforme padrões técnicos;
- emitir relatório ou comprovante de execução;
- devolver o veículo em condições adequadas de uso.

4.4. A prestação dos serviços deverá observar as **normas técnicas aplicáveis ao setor automotivo**, garantindo qualidade, segurança e eficiência na execução.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. Estrutura mínima e capacidade operacional**

5.1.1. Considerando que os serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem de veículos demandam precisão técnica, utilização de equipamentos especializados e profissionais qualificados, as empresas interessadas no credenciamento deverão dispor de **estrutura física, tecnológica e operacional compatível com a adequada execução dos serviços**, garantindo padrões satisfatórios de qualidade, segurança e eficiência.

5.1.2. A empresa credenciada deverá possuir **estabelecimento comercial devidamente estruturado para prestação de serviços automotivos**, dotado de instalações físicas adequadas, equipamentos apropriados e mão de obra qualificada

para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.1.3. O estabelecimento deverá possuir área física compatível com o atendimento dos veículos da frota municipal, permitindo a **recepção, movimentação e execução dos serviços com segurança**, observando boas práticas de organização e segurança do trabalho.

5.1.4. A oficina deverá possuir capacidade mínima para **recepção e atendimento simultâneo de veículos**, garantindo fluxo operacional suficiente para atender às demandas da Administração.

## 5.2. Localização da oficina

5.2.1. A empresa credenciada deverá possuir estabelecimento localizado em um **raio máximo de até 100 (cem) quilômetros da sede do Município de Santa Maria da Vitória/BA**.

5.2.2. A limitação geográfica estabelecida justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência operacional, economicidade e viabilidade logística na execução dos serviços, considerando:

- *os custos de deslocamento da frota municipal;*
- *o consumo de combustível decorrente do transporte dos veículos;*
- *o tempo de indisponibilidade dos veículos durante o deslocamento;*
- *a necessidade de acompanhamento e fiscalização dos serviços pela Administração;*
- *a redução dos riscos inerentes a deslocamentos prolongados.*

5.2.3. Dessa forma, a delimitação do raio de atendimento visa **preservar os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade**, garantindo que a contratação atenda ao interesse público.

## 5.3. Equipamentos mínimos necessários

5.3.1. Para execução adequada dos serviços, a empresa credenciada deverá dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos:

- a) equipamento computadorizado ou eletrônico para **alinhamento de direção de veículos automotores**;
- b) equipamento para **balanceamento de rodas**;
- c) equipamentos e ferramentas específicas para **execução de serviços de cambagem**;
- d) elevador automotivo, rampa ou equipamento equivalente que permita a **elevação segura dos veículos**;
- e) instrumentos de medição e regulação necessários à realização dos ajustes de alinhamento e balanceamento;
- f) ferramental manual e equipamentos auxiliares adequados à execução dos serviços.

## 5.4. Comprovação da capacidade operacional

5.4.1. A comprovação da capacidade operacional não constitui requisito de habilitação, podendo ser exigida como condição para a **assinatura do contrato ou para o início da execução contratual**, mediante apresentação de documentos que demonstrem a efetiva disponibilidade da estrutura necessária, tais como:

- a) comprovação da existência de oficina ou unidade operacional vinculada à empresa;
- b) contrato de locação ou utilização de estrutura operacional, quando aplicável;
- c) relação de equipamentos e ferramental disponíveis para execução dos serviços.

5.4.2. A Administração poderá, quando necessário, realizar **vistoria técnica nas instalações da empresa**, com a finalidade de verificar as condições operacionais para execução dos serviços.

**5.5. Prazo estabelecidos para execução dos serviços**

5.5.1. Após o recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração, a empresa credenciada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização do contrato.

5.5.2. A conclusão dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contadas da autorização da execução.

5.5.3. Em casos excepcionais devidamente justificados, o prazo poderá ser prorrogado mediante autorização da fiscalização, desde que a contratada comunique previamente os motivos que impeçam a conclusão dentro do prazo inicialmente estabelecido.

**5.6. Qualificação da equipe técnica**

5.6.1. A empresa credenciada deverá dispor de **profissionais com experiência na execução de serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem de veículos automotores**, devidamente capacitados para utilização dos equipamentos necessários à realização dos serviços.

5.6.2. A equipe técnica deverá possuir conhecimentos técnicos suficientes para diagnóstico e execução dos ajustes necessários ao correto alinhamento e balanceamento dos veículos.

**5.7. Verificação das condições operacionais**

5.7.1. A Administração poderá realizar **vistoria técnica nas instalações da empresa interessada**, com a finalidade de verificar a existência da estrutura mínima necessária à execução dos serviços.

5.7.2. A vistoria poderá ocorrer durante o processo de credenciamento ou a qualquer tempo durante a vigência do contrato.

5.7.3. Caso seja constatado que a empresa não possui condições técnicas ou estruturais adequadas, a Administração poderá:

- d) indeferir o credenciamento; ou
- e) promover o descredenciamento da empresa.

#### 5.8. **Sustentabilidade ambiental**

5.8.1. A **execução** dos serviços deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, buscando minimizar impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.

5.8.2. A empresa credenciada deverá adotar medidas que assegurem a **destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços**, em especial resíduos automotivos, tais como:

- a) contrapesos metálicos utilizados no balanceamento;
- b) resíduos provenientes da limpeza de rodas ou componentes automotivos;
- c) embalagens e materiais utilizados na execução dos serviços.

5.8.3. Os resíduos gerados deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente com as diretrizes estabelecidas pela **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**.

5.8.4. A empresa deverá adotar procedimentos que visem:

- I. reduzir a geração de resíduos decorrentes da execução dos serviços;
- II. promover a reutilização ou reciclagem de materiais sempre que possível;
- III. evitar descarte inadequado de resíduos que possam causar danos ao meio ambiente.

5.8.5. A empresa credenciada deverá manter suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável, sendo responsável por eventuais danos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

5.8.6. Sempre que aplicável, a empresa deverá possuir **licenciamento ambiental ou autorizações exigidas pela legislação local**, quando a natureza da atividade assim exigir.

5.8.7. A Administração poderá solicitar informações ou comprovações relativas às práticas ambientais adotadas pela empresa durante a execução contratual.

#### 5.9. **Subcontratação**

5.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5.10. **Garantia da contratação**

5.10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Forma de execução dos serviços**

6.1.1. Os serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem serão executados **sob demanda**, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de **ordem de serviço** pela unidade administrativa responsável pela gestão da frota.

6.1.2. A ordem de serviço deverá conter, no mínimo:

- a) identificação do veículo;
- b) tipo de serviço autorizado;
- c) data da solicitação;
- d) identificação do setor solicitante;
- e) demais informações necessárias à correta execução do serviço.

6.1.3. Após o recebimento da ordem de serviço, a empresa credenciada deverá receber o veículo em suas instalações e proceder à execução dos serviços autorizados.

### **6.2. Procedimento operacional para execução dos serviços**

6.2.1. A execução dos serviços deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas operacionais:

- I. identificação da necessidade de manutenção pela unidade responsável pela gestão da frota;
- II. emissão da ordem de serviço pela Administração;
- III. encaminhamento do veículo ao estabelecimento da empresa credenciada;
- IV. execução dos serviços autorizados;
- V. realização dos ajustes técnicos necessários ao correto alinhamento, balanceamento ou cambagem do veículo;
- VI. emissão de relatório ou comprovante de execução dos serviços realizados;
- VII. devolução do veículo à Administração em condições adequadas de funcionamento.

### **6.3. Qualidade e padrões técnicos**

6.3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as boas práticas técnicas aplicáveis ao setor automotivo, utilizando equipamentos adequados e mão de obra qualificada.

6.3.2. Os ajustes realizados deverão assegurar o correto alinhamento e balanceamento das rodas e regulagem da cambagem, garantindo:

- a) estabilidade e segurança na condução do veículo;
- b) redução do desgaste irregular dos pneus;
- c) maior vida útil dos componentes da suspensão;
- d) adequado desempenho operacional dos veículos.

6.3.3. Caso seja constatada falha ou inadequação na execução dos serviços, a

empresa credenciada deverá realizar os ajustes necessários **sem qualquer ônus adicional para a Administração.**

**6.4. Registro da execução dos serviços**

6.4.1. Após a execução dos serviços, a empresa credenciada deverá apresentar relatório ou documento equivalente contendo, no mínimo:

- a) identificação do veículo atendido;
- b) descrição dos serviços realizados;
- c) data de execução;
- d) identificação do responsável pela execução.

6.4.2. O documento apresentado servirá como base para o **atesto da execução pela fiscalização do contrato**, condição necessária para autorização do pagamento.

**6.5. Prazo de execução**

6.5.1. Após o recebimento da ordem de serviço, a empresa credenciada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização.

6.5.2. A conclusão dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contadas da autorização da execução.

6.5.3. Em situações excepcionais devidamente justificadas, o prazo poderá ser prorrogado mediante autorização da fiscalização.

**6.6. Garantia dos serviços**

6.6.1. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua realização.

6.6.2. Durante o período de garantia, caso sejam identificadas falhas decorrentes da execução dos serviços, a empresa credenciada deverá realizar os ajustes necessários **sem custo adicional para a Administração.**

**6.7. Critérios de distribuição da demanda entre credenciados**

6.7.1. Considerando que o procedimento adotado consiste em **credenciamento de empresas**, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, as contratações decorrentes deste procedimento ocorrerão de forma **paralela e não excludente**, permitindo que todos os credenciados aptos possam ser convocados para execução dos serviços.

6.7.2. A distribuição da demanda entre os credenciados deverá observar critérios objetivos, garantindo os princípios da **isonomia, impessoalidade, transparência e eficiência.**

6.7.3. Como regra geral, a Administração adotará o **critério de ordem cronológica de credenciamento**, sendo convocadas as empresas conforme a sequência de habilitação no processo.

6.7.4. Após a execução de serviço por determinado credenciado, o próximo serviço deverá ser encaminhado ao credenciado subsequente na ordem estabelecida, caracterizando sistema de **rodízio entre os prestadores habilitados**.

6.7.5. A Administração poderá, excepcionalmente, alterar a ordem de convocação nos seguintes casos:

- I. indisponibilidade técnica ou operacional do credenciado para execução do serviço no prazo solicitado;
- II. necessidade de atendimento urgente da demanda;
- III. limitação momentânea da capacidade operacional do credenciado;
- IV. circunstâncias logísticas ou operacionais que justifiquem solução mais eficiente para a Administração.

6.7.6. Nas hipóteses previstas no item anterior, a decisão deverá ser **devidamente justificada e registrada pela Administração**, garantindo a transparência da execução contratual.

6.7.7. A Administração manterá registro das ordens de serviço emitidas e dos credenciados acionados, de forma a garantir a **rastreabilidade da distribuição da demanda**.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Designação do gestor e do fiscal do contrato**

7.1.1. A execução dos contratos decorrentes deste credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Para cada contrato firmado será designado:

- I. **Gestor do contrato**, responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual;
- II. **Fiscal do contrato**, responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços.

7.1.3. Os servidores designados atuarão de forma coordenada, observando as atribuições estabelecidas na legislação vigente e nas normas internas da Administração.

### **7.2. Competências do gestor do contrato**

7.2.1. Compete ao gestor do contrato:

- I. acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;
- II. coordenar as atividades relacionadas à gestão administrativa do contrato;
- III. controlar a vigência contratual e adotar as providências necessárias em caso de necessidade de prorrogação ou encerramento;
- IV. analisar e encaminhar eventuais solicitações da contratada;
- V. registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

- VI. promover a comunicação entre a Administração e a contratada;
- VII. adotar providências administrativas necessárias ao adequado cumprimento do contrato.

**7.3. Competências do fiscal do contrato**

**7.3.1. Compete ao fiscal do contrato:**

- I. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços realizados pela empresa credenciada;
- II. verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na ordem de serviço emitida pela Administração;
- III. atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;
- IV. registrar eventuais irregularidades verificadas durante a execução contratual;
- V. comunicar ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução adequada dos serviços;
- VI. solicitar à contratada a correção de falhas ou inconsistências na execução dos serviços.

**7.4. Registro e controle das ocorrências contratuais**

7.4.1. Todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços deverão ser registradas pela fiscalização do contrato, de modo a permitir o acompanhamento e controle das atividades realizadas.

7.4.2. Os registros poderão ser realizados por meio de relatórios de fiscalização, ordens de serviço, registros administrativos ou outros instrumentos adotados pela Administração.

7.4.3. Os registros deverão conter, sempre que possível:

- a) descrição da ocorrência;
- b) data do registro;
- c) identificação do servidor responsável;
- d) providências adotadas.

**7.5. Comunicação entre a Administração e a contratada**

7.5.1. As comunicações entre a Administração e a empresa credenciada deverão ocorrer preferencialmente por meios formais, tais como:

- a) correspondência eletrônica institucional;
- b) sistema administrativo utilizado pelo Município;
- c) registros no processo administrativo;
- d) ordens de serviço emitidas pela Administração.

7.5.2. As comunicações deverão ser registradas de forma a garantir a rastreabilidade das informações e a transparência na execução contratual.

7.6. **Avaliação da execução contratual**

7.6.1. A Administração poderá avaliar periodicamente o desempenho da empresa credenciada quanto à qualidade dos serviços prestados, ao cumprimento dos prazos estabelecidos e à observância das condições contratuais.

7.6.2. O resultado dessas avaliações poderá subsidiar medidas administrativas relacionadas à execução contratual, inclusive aplicação de sanções, quando for o caso.

8. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. **Forma de medição dos serviços**

8.1.1. A medição dos serviços executados será realizada **por serviço efetivamente prestado**, conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração Municipal.

8.1.2. Para fins de medição e controle da execução contratual, cada atendimento deverá estar vinculado a **ordem de serviço previamente autorizada pela Administração**, contendo, no mínimo:

- a) identificação do veículo;
- b) placa ou patrimônio do veículo;
- c) tipo de serviço autorizado;
- d) data da solicitação;
- e) setor solicitante;
- f) identificação da empresa credenciada responsável pela execução.

8.1.3. A medição será realizada com base na **quantidade de serviços efetivamente executados no período**, observando os valores unitários definidos na tabela de preços constante do processo de credenciamento.

8.1.4. Para cada serviço executado deverá ser apresentado documento comprobatório contendo:

- a) identificação do veículo atendido;
- b) descrição do serviço realizado;
- c) data de execução;
- d) identificação da empresa executora.

8.2. **Condições para autorização do pagamento**

8.2.1. O pagamento pelos serviços executados somente será autorizado após:

- I. a execução completa do serviço solicitado;
- II. a verificação da conformidade da execução com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. o **atesto da execução pelo fiscal do contrato**, confirmando a realização adequada do serviço.

8.2.2. Caso seja identificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização pela empresa credenciada.

### **8.3. Liquidação e documentação necessária para pagamento**

8.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. nota fiscal ou documento fiscal equivalente, devidamente emitido;
- II. cópia da ordem de serviço correspondente;
- III. relatório ou comprovante de execução dos serviços realizados;
- IV. documentação que comprove a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigida pela legislação vigente; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.6. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.3.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.3.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente,

assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **8.4. Forma e prazo de pagamento**

8.4.1. O pagamento será efetuado pela Administração Municipal mediante ordem bancária em favor da empresa credenciada, em conta corrente por ela indicada.

8.4.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

8.4.3. Caso a nota fiscal seja apresentada com erro ou inconsistência, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se após a regularização da documentação.

#### **8.5. Compatibilidade com os serviços executados**

8.5.1. Os pagamentos realizados corresponderão exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente comprovados, não havendo qualquer obrigação da Administração de atingir o valor total estimado da contratação.

8.5.2. Por se tratar de contratação decorrente de **credenciamento com execução sob demanda**, os pagamentos estarão condicionados às necessidades operacionais da Administração e à efetiva prestação dos serviços.

### **9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES NA FUTURA CONTRATAÇÃO**

*Além das obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e legislação aplicável, a as partes deverão:*

#### **9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

9.1.1. Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Emitir as ordens de serviço necessárias para a execução dos serviços contratados, contendo as informações indispensáveis à correta execução.

9.1.3. Disponibilizar à empresa credenciada as informações necessárias para a adequada execução dos serviços.

9.1.4. 10.4. Encaminhar os veículos às instalações da empresa credenciada para realização dos serviços autorizados.

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.1.6. Registrar eventuais ocorrências verificadas durante a execução dos serviços e adotar as providências administrativas cabíveis.

9.1.7. Recusar serviços executados em desacordo com as especificações

estabelecidas neste Termo de Referência, determinando sua correção pela empresa credenciada.

9.1.8. Atestar a execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento da despesa.

9.1.9. Efetuar o pagamento à empresa credenciada pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.10. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no Edital, no contrato e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

9.1.11. Manter controle administrativo das ordens de serviço emitidas e da distribuição da demanda entre os credenciados, garantindo transparência e rastreabilidade da execução contratual.

## **9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.2.1. Executar os serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de Credenciamento e no respectivo instrumento contratual.

9.2.2. Atender às ordens de serviço emitidas pela Administração Municipal dentro dos prazos estabelecidos.

9.2.3. Realizar os serviços com observância das boas práticas técnicas aplicáveis ao setor automotivo, utilizando equipamentos adequados e mão de obra qualificada.

9.2.4. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

9.2.5. Disponibilizar instalações físicas adequadas, equipamentos apropriados e ferramental necessário à execução dos serviços.

9.2.6. Empregar profissionais capacitados e devidamente treinados para a execução dos serviços.

9.2.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados, bem como por eventuais danos causados aos veículos da Administração durante a execução dos serviços.

9.2.8. Refazer, sem ônus adicional para a Administração, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações estabelecidas ou que apresente falhas decorrentes da execução inadequada.

9.2.9. Garantir a segurança dos veículos sob sua responsabilidade durante o período em que permanecerem em suas instalações.

9.2.10. Manter organização e controle dos serviços executados, apresentando à Administração os documentos necessários para comprovação da execução dos serviços.

9.2.11. Permitir e facilitar o acesso dos representantes da Administração às suas instalações sempre que necessário para fins de fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

- 9.2.12. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental aplicável à execução dos serviços.
- 9.2.13. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- 9.2.14. Comunicar à Administração, imediatamente, qualquer situação que possa comprometer a execução adequada dos serviços.
- 9.2.15. Observar as normas ambientais aplicáveis, especialmente no que se refere à destinação adequada de resíduos gerados durante a execução dos serviços.
- 9.2.16. Manter sigilo sobre informações eventualmente acessadas em razão da execução dos serviços.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

10.1. A Prefeitura Municipal, por intermédio das Secretarias e órgãos Municipais, reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no artigo 104, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Qualquer tolerância por parte da Administração Pública Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas credenciadas e contratadas, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Contratante exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

10.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município de Santa Maria da Vitória e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da credenciada Contratada, designadas para a execução do objeto contratado, sendo esta a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

10.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

10.5. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Infrações administrativas**

11.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de Credenciamento ou no contrato decorrente sujeitará a empresa credenciada às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e nas normas regulamentares do Município.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

- 11.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
- 11.2.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 11.2.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 11.2.5. fraudar o credenciamento;
- 11.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.2.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.2.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 11.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 11.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

### **Sanções**

11.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.3.1. advertência;
  - 11.3.2. multa;
  - 11.3.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.4.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.5.1. Para as infrações previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 11.5.2. Para as infrações previstas nos itens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7, 11.2.8 e 11.2.9,

a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santa Maria da Vitória, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7, 11.2.8 e 11.2.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.10. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 11.2.3 e 11.2.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

11.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Santa Maria da Vitória.

#### **11.16.Descredenciamento**

- 11.16.1. A empresa credenciada poderá ser descredenciada nas seguintes hipóteses:
- I. descumprimento das condições estabelecidas no edital ou no contrato;
  - II. perda das condições de habilitação exigidas para o credenciamento;
  - III. aplicação de sanção administrativa que impeça a contratação com a Administração Pública;
  - IV. pedido formal de descredenciamento apresentado pela própria empresa credenciada.

11.16.2. O descredenciamento será formalizado mediante processo administrativo, assegurando-se à empresa credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto na legislação vigente.

#### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Poder Executivo Municipal de Santa Maria da Vitória.

**Poder: 2 Poder Executivo**

**Órgão: 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA**

**Secretaria: 0404 SECRETARIA DE FINANÇAS**

**Unidade: 0404 SECRETARIA DE FINANÇAS**

**Projeto: 4.123.0002.2.007 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FINANÇAS**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

**Fonte de recursos: 1500.**

**Secretaria: 0505 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Unidade: 0505 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Projeto: 4.122.0002.2.012 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

**Fonte de recursos: 1500.**

**Secretaria: 0606 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Unidade: 0606 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**PROJETO: 4.122.0002.2.014 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Fonte de recursos: **1500.**

Secretaria: **0707 SECRETARIA DE TRANSPORTES**

Unidade: **0707 SECRETARIA DE TRANSPORTES**

PROJETO: **26.122.0002.2.019 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA  
SECRETARIA DE TRANSPORTES**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Fonte de recursos: **1500.**

Secretaria: **0808 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIA**

Unidade: **0808 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PROJETO: **8.122.0002.2.022 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES  
DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Fonte de recursos: **1500**

Secretaria: **0817 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Unidade: **0817 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Projeto: **8.244.0005.2.023 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL  
BÁSICA – PSB**

Projeto: **8.244.0005.2.024 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL  
ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE**

Projeto: **8.244.0005.2.025 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO IGD/PBF**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Fonte de recursos: **1500; 1660; 1661**

Secretaria: **0818 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE –FI**

Unidade: **0818 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – FIA**

Projeto: **8.243.0005.2.033 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Fonte de recursos: **1500**

Secretaria: **1010 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade: **1010 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

PROJETO: **12.122.0002.2.034 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ROJETO: **12.361.0003.2.035 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES  
DE ENSINO FUNDAMENTAL**

PROJETO: **12.782.0003.2.038 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS  
AÇÕES DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**  
Fonte de recursos: **1500; 1540; 1541; 1544; 1550; 1553; 1571.**

Secretaria: **1111 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**  
Unidade: **1111 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**  
PROJETO: **20.122.0002.2.040 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**  
Fonte de recursos: **1500.**

Secretaria: **1414 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
Unidade: **1414 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
PROJETO: **18.122.0002.2.043 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**  
Fonte de recursos: **1500; 1540; 1541; 1544; 1550; 1553; 1571.**

Poder: **2 Poder Executivo**

Órgão: **9 FUNDO SAUDE SANTA MARIA DA VITORIA**

Secretaria: **0915 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade: **0915 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PROJETO: **10.122.0002.2.054 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE**

PROJETO: **10.301.0004.2.055 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA PROJETO: 10.302.0004.2.057**

**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

PROJETO: **10.301.0004.2.058 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA GESTÃO DO SUS**

PROJETO: **10.305.0004.2.059 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

PROJETO: **10.304.0004.2.060 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**  
Fonte de recursos: **1500; 1600; 1541; 1544; 1550; 1553; 1571.**

12.2. Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro em que ocorrer a contratação, as despesas decorrentes do contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos orçamentos dos exercícios subsequentes.

12.2.1. Nessas hipóteses, a indicação da respectiva dotação orçamentária será

formalizada mediante **apostilamento ao instrumento contratual**, conforme previsão legal, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício correspondente.

12.2.2. O apostilamento de que trata o item anterior não caracteriza alteração contratual, consistindo apenas em atualização da classificação orçamentária destinada ao atendimento das despesas decorrentes da execução do contrato.

12.2.3. A Administração observará, para todos os efeitos, as disposições da legislação orçamentária vigente e as normas de execução financeira aplicáveis à Administração Pública.

Santa Maria da Vitória - BA, 23 de fevereiro de 2026.

**VANESSA MARQUES BUENO**

Gestora de Contratos

**ANEXO II**  
**MODELO DE TERMO DE REQUERIMENTO**  
**TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO Nº 005/2026**  
**Processo Administrativo nº 026/2026**

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - BA**  
Comissão de Contratação

A empresa abaixo identificada vem, por meio deste instrumento, **manifestar interesse em participar do Credenciamento nº 005/2026**, destinado ao credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de **alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem de veículos da frota municipal**, conforme condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

**1. PROPONENTE:**

NOME (PESSOA FÍSICA) ou RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA): ...  
CPF ou CNPJ: ...  
ENDEREÇO: ...  
TELEFONE: ...  
E-MAIL: ...

**2. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**

NOME: ...  
CPF: ...  
RG: ...  
NACIONALIDADE: ...  
ESTADO CIVIL: ...  
PROFISSÃO: ...  
ENDEREÇO COMPLETO: ...

**3. PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Declaramos que **aceitamos prestar os serviços objeto do presente credenciamento**, observando os valores unitários estabelecidos pela Administração, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant./Capacidade Operacional de declarada - Anual	Valor Unitário	Valor Total Estimado Anualmente
01	Alinhamento e balanceamento	Serviços	xxx	R\$ 124,43	R\$
02	Cambagem	Serviços	xxx	R\$ 47,38	R\$
Valor global estimado da contratação					R\$

Declaramos estar cientes de que:

- os valores acima correspondem aos **preços definidos pela Administração com base em pesquisa de mercado**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- o pagamento será realizado **somente pelos serviços efetivamente executados**, mediante emissão de ordem de serviço e atesto da fiscalização do contrato;
- a contratação decorrente do credenciamento **não garante volume mínimo de serviços**, sendo a execução realizada conforme demanda da Administração.

#### 4. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaramos, para todos os fins, que:

- conhecemos e aceitamos **integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 005/2026 e em seus anexos**;
- dispomos de **estrutura física, equipamentos e equipe técnica compatíveis com a execução dos serviços**;
- nos comprometemos a **executar os serviços conforme as normas técnicas aplicáveis ao setor automotivo**, observando padrões de qualidade, segurança e eficiência;
- manteremos, durante toda a vigência do credenciamento e dos contratos dele decorrentes, **todas as condições de habilitação exigidas no edital**.

#### 5. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta terá validade durante todo o período de vigência do credenciamento, conforme estabelecido no edital.

Nestes termos,

Pede e espera a homologação no referido Credenciamento.

\_\_\_\_\_ - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

Assinatura Identificável  
(nome do representante legal da Pessoa Física ou da empresa)

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**CREENCIANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória

**Referência:** CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

**Processo Administrativo nº 026/2026**

Eu, \_\_\_\_, portador do RG nº \_\_ e do CPF nº \_\_, representante legal do licitante \_\_ (razão social), CNPJ nº \_\_\_\_, interessado em participar do Credenciamento nº 005/2026, Processo Administração nº 026/2026, DECLARO, sob as penas da Lei, que

DECLARA expressamente que :

- a) Atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no Edital, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que venham a impedir sua participação ou contratação com a Administração Pública.
- b) Está ciente e concorda integralmente com as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como declara que os valores apresentados compreendem a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação.
- c) Assume inteira responsabilidade pelas transações realizadas, inclusive aquelas efetuadas em sistemas públicos ou privados utilizados no processo de credenciamento, assumindo como firmes e verdadeiras todas as informações e documentos apresentados.
- d) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicável.
- g) Possui estrutura física, equipamentos, ferramental e recursos humanos adequados para a execução dos serviços, conforme exigido no Edital e no Termo de Referência,

comprometendo-se a mantê-los durante toda a vigência do credenciamento e dos contratos dele decorrentes.

- h) Assume inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, estando ciente de que a falsidade de declaração poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Local e data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social ou  
procuração)

## ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/202\_\_  
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTA MARIA DA VITÓRIA E A EMPRESA

.....

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA**, Estado da Bahia, com sede na Avenida Brasil, nº 723 – Bairro Jardim América, CEP: 47.640-000, Santa Maria da Vitória/BA, CNPJ: 13.912.506/0001-19, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **Antônio Elson Marques da Silva**, brasileiro, Agente Político, inscrito no CPF sob nº. \*\*\*.869.755-\*\*, residente e domiciliado na Rua José Leopoldo Lima, nº 782, bairro AABB, Santa Maria da Vitória - BA, CEP: 47.640-000 e o(a) .....(RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na....., doravante designado **CONTRATADO**, representado neste ato pelo o Sr°.\_\_, portador do RG nº\_\_\_\_, e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 026/2026, relativo ao Chamamento Público, através do Credenciamento nº 005/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir dispostas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de prestação de serviços de alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem de veículos da frota do Município de Santa Maria da Vitória/BA**, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 005/2026 e no Termo de Referência.
- 1.2. A contratação decorre de **credenciamento paralelo e não excludente**, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - a) o Edital de Credenciamento;
  - b) o Termo de Referência e,
  - c) o Requerimento de Credenciamento e o Termo de Proposta da CONTRATADA;
  - d) a Declaração Unificada apresentada pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

- 2.1. Os preços unitários contratados são os seguintes:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total Estimado Anualmente
01	Alinhamento e balanceamento	Serviços	-	R\$ 124,43	R\$ -
02	Cambagem	Serviços	-	R\$ 47,38	R\$ -
Valor global estimado da contratação					R\$ -

2.2. O valor global estimado deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), possuindo caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, que realizará as contratações conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

2.3. Serão pagos apenas os serviços **efetivamente executados**, devidamente autorizados por ordem de serviço e atestados pela fiscalização.

2.4. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, seguros e demais despesas correlatas.

2.5. Em razão da natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, por este motivo, o valor do contrato se dará pelo custo unitário, e dependerá das quantidades totais a serem contratadas futuramente, ficando a CONTRATADA ciente da execução a ser realizada quando da emissão da Ordem de Serviços pela CONTRATANTE.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1. A execução contratual dar-se-á de forma **indireta, sob demanda**, mediante emissão de **ordem de serviço** pelo CONTRATANTE.

3.2. A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com os prazos, valores e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao edital que compõe o referido processo administrativo.

3.3. Os serviços serão prestados nas instalações da CONTRATADA, observados os prazos, condições técnicas, critérios de qualidade, garantia e demais exigências previstas no Termo de Referência.

3.4. A distribuição da demanda entre os credenciados observará os critérios objetivos previstos no edital e no Termo de Referência.

### CLAUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

4.1. A revisão ou reajustamento dos preços só ocorrerá mediante alterações dos preços dos anexos integrantes do Edital de Credenciamento, considerando o interesse da Administração, justo preço do mercado e nas hipóteses de força maior e caso fortuito, sempre precedidos dos estudos técnicos.

- 4.2. A revisão levará em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e será aplicado ao decurso de 12 meses, da data do Termo de Referência, ou seja, todo dia 02/03, dos anos seguintes em que houver contratos oriundos do presente Credenciamento ainda vigente.
- 4.3. O valor fixado para a remuneração poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica.
- 4.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

- 5.1. O pagamento ficará condicionado à verificação da regular execução do objeto e ao cumprimento das condições contratuais estabelecidas.
- 5.2. O prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada, observado o procedimento de liquidação previsto no Termo de Referência.
- 5.3. A nota fiscal deverá estar acompanhada, quando exigível:
- a) da ordem de serviço correspondente;
  - b) do relatório ou comprovante de execução dos serviços;
  - c) da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.
- 5.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 5.5. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.
- 5.6. O optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove essa condição por documento oficial.
- 5.7. Em caso de atraso de pagamento imputável ao CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo **IPCA**, proporcionalmente ao período de atraso.
- 5.8. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, em conta indicada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, ou seja, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ à \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e atendidos os requisitos legais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, nas seguintes dotações orçamentárias:

Poder:  
Órgão:  
Secretaria:  
Unidade:  
PROJETO:  
Elemento de Despesa:  
Fonte de recursos:

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

- 8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 8.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 8.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.5. Caso seja pertinente ao objeto, a contratação poderá ser submetida a reajustamento de seus preços, nos termos do art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.6. A CONTRATADA poderá solicitar, durante a vigência da contratação, a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira do contrato, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos.
- 8.7. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital originário; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

#### **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

- 9.1. A fiscalização será exercida por servidores designados por Portaria pelo CREDENCIANTE, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Garantir a efetivação do pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;
- b) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Aplicar à contratada as penalidades cabíveis na forma da Lei;
- d) Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato;
- e) Promover, através do gestor do contrato, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Fiscalizar a execução do contrato e atestar a Nota Fiscal.

### **10.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) Executar os serviços contratados com observância das normas técnicas aplicáveis, dos protocolos assistenciais vigentes e das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato;
- b) Disponibilizar **estrutura física, equipamentos, instrumentos e materiais adequados** à perfeita execução dos serviços contratados, em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e regulatórias aplicáveis;
- c) Quando os atendimentos forem realizados **nas dependências da própria contratada**, disponibilizar espaço físico apropriado, devidamente equipado e estruturado para a realização dos serviços, garantindo condições adequadas de segurança, higiene, conforto e acessibilidade;
- d) Quando os atendimentos forem realizados **em unidades públicas indicadas pela Administração**, disponibilizar ou ceder em comodato, quando necessário, os equipamentos e instrumentos indispensáveis à execução dos serviços, durante todo o período de execução contratual;
- e) Comprovar capacidade técnica, estrutura física adequada, equipamentos em perfeito estado de funcionamento e atendimento às normas sanitárias e de proteção de dados pessoais aplicáveis;
- f) Prestar os serviços com **qualidade, eficiência, segurança e respeito à dignidade dos usuários**, observando princípios de humanização no atendimento;
- g) Cumprir rigorosamente os prazos, fluxos operacionais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nas ordens de serviço emitidas pela Administração;

- h) Proporcionar todas as facilidades necessárias à fiscalização da execução contratual, permitindo amplo acesso às instalações, registros e informações relacionadas aos serviços prestados;
- i) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução do contrato;
- j) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração;
- k) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e demais requisitos exigidos no processo de credenciamento;
- l) Cumprir integralmente as disposições do edital de credenciamento, do Termo de Referência e deste contrato, responsabilizando-se pela execução dos serviços nas condições pactuadas;
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações e dados obtidos em razão da execução do contrato, inclusive dados pessoais e informações sensíveis, observando a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- n) Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução regular dos serviços contratados;
- o) Zelar pela qualidade dos serviços prestados, adotando as medidas corretivas necessárias sempre que constatadas irregularidades ou inconformidades na execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas

obrigações.

11.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- a) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A multa poderá variar de **0,5% a 30%** do valor contratual estimado, conforme a

gravidade da infração, observados o edital, o Termo de Referência e o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. A aplicação das sanções observará o contraditório e a ampla defesa.

13.5. As sanções previstas nesta cláusula não excluem a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como consensualmente.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14,

inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Santa Maria da Vitória BA, como único e competente para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o representante da **CONTRATANTE** e o da **CONTRATADA**, para que se produzam os efeitos legais.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

- 1-
- 2-